

b o l e t i m



DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTRUTURAS SINDICAIS
JANEIRO/FEVEREIRO 2008

10ª Assembleia da Organização dos Trabalhadores em Estruturas Sindicais

Realizou-se no dia 6 de Dezembro de 2007 a 10ª Assembleia da nossa Organização, com a participação do camarada **Armindo Miranda**, da Comissão Política do CC do PCP.

Mais de duas dezenas de militantes trabalhadores em estruturas sindicais debateram a situação política actual e os desafios que se colocam aos comunistas na luta que teremos que continuar a travar contra a política de direita do governo do PS, combatendo firmemente o brutal ataque aos direitos dos trabalhadores de que o “livro branco para as relações laborais” é o expoente máximo, a flexigurança, a destruição dos serviços públicos e das funções sociais do Estado e travando a batalha pela não ratificação do Tratado reformador da União Europeia.

Procedeu-se ao balanço do trabalho realizado desde a 9ª Assembleia e definiram-se as medidas a tomar

para o reforço da Organização dos Trabalhadores em Estruturas Sindicais, inseridas na Resolução aprovada e que está a ser distribuída a todos os militantes.

Entre as questões mais debatidas na Assembleia esteve a importância do funcionamento das células de trabalhadores em estruturas sindicais e da sua intervenção na resolução dos problemas sentidos pelos trabalhadores e na actividade geral do Partido e o envolvimento dos trabalhadores sindicais na actividade das respectivas estruturas, a necessidade da sua formação sindical e profissional, a participação na luta, a ligação ao seu Sindicato e o papel dos ORTs.

A Assembleia elegeu o novo Organismo de Direcção* que tem como primeira responsabilidade levar à prática a Resolução da 10ª Assembleia e que foi reforçado com novos quadros de forma a tornar mais eficaz o trabalho de direcção e melhor corresponder às necessidades da actividade da Organização.

**Ver pág. 6*

MARCHA PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA! 1 MARÇO – 14H30 – PRINCIPE REAL

Numa clara e veemente rejeição aos continuados e agravados ataques que o governo PS/Sócrates tem proferido contra os direitos e liberdades democráticas dos portugueses, conquistados com a Revolução de Abril, o Secretário-Geral do PCP, **Jerónimo de Sousa**, anunciou no passado dia 17, a **Marcha pela Liberdade e pela Democracia**.

Marcada para dia **1 de Março** (Sábado), esta Marcha será uma forte acção de protesto e de afirmação do direito à liberdade de organização partidária e de defesa de todas as

Liberdades Democráticas, consagradas na Constituição da República Portuguesa.

Marcha aberta a todos quantos querem para Portugal um futuro de liberdade, democracia e progresso social, nela participarão muitos comunistas que, com orgulho, certamente empunharão bem alto o seu cartão de militante, na qualidade de membros do Partido Comunista Português.

Vem Connosco !

Conferência Nacional do PCP sobre Questões Económicas e Sociais

Realizou-se nos dias 24 e 25 Novembro de 2007 a Conferência Nacional do Partido, sob o lema “Outro Rumo, Nova Política ao Serviço do Povo e do País”.

A reflexão feita sobre questões estratégicas e estruturantes do desenvolvimento económico e social do País contou **com a presença de 1165 delegados eleitos** (efectivos e suplentes) e centenas de convidados. Neste colectivo, **os Trabalhadores em Estruturas Sindicais foram representados por 2 delegadas**, eleitas em Assembleia Plenária: Anabela Vogado do Organismo de Direcção e Conceição Páscoa da célula do Inovinter. Ana Bela Dinis (do OD) e Félix Pinho (célula do STAL) foram os nossos delegados suplentes.

Esta Conferência foi o culminar do vasto trabalho desenvolvido pelo colectivo do Partido. O texto-base apresentou a caracterização dos vários sectores da actividade económica e aspectos sociais, que foram objecto das intervenções na Conferência.



A Conferência Nacional proclamou como objectivos centrais de uma alternativa económica e social o aumento do bem-estar e da qualidade de vida das populações, a redução das desigualdades, o pleno emprego, o crescimento económico, a defesa e desenvolvimento do aparelho produtivo, a coesão económica e social, a gestão racional dos recursos naturais e um sistema de ensino e uma política cultural virados para a formação integral do povo português.

A Conferência Nacional salientou que a ruptura com as actuais políticas e a construção de uma política alternativa são inseparáveis do decidido combate à política do actual governo PS e da firme resistência à ofensiva que este desenvolve contra direitos e conquistas sociais.

Com a realização da Conferência e das suas conclusões, o PCP assume perante a classe operária, os trabalhadores e o povo o firme compromisso de um projecto nacional de emancipação e de progresso, capaz de respeitar direitos e garantias dos trabalhadores, e de prosseguir uma política de elevação das condições de vida do povo português.

AGENDA

24 de JANEIRO

Cais do Sodré, 08h00

Venda de rua do jornal AVANTE, em edição especial dedicada ao Livro Branco das Relações Laborais

CONCENTRAÇÃO às 14h30

de Dirigentes e Activistas Sindicais, **junto às instalações da CIP, com desfile até ao Ministério do Trabalho**

Em defesa do direito à negociação colectiva, contra a flexigurança e contra as conclusões do relatório do Livro Branco para as relações laborais

*

31 de JANEIRO

CT Vitória, 18h30

Plenário Militantes da Organização dos Trabalhadores em Estruturas Sindicais com Dias Coelho

Membro da Comissão Política

*

1 de MARÇO

(local a indicar) 12h30

Almoço de Trabalhadores em Estruturas Sindicais comemorativo do 87º Aniversário do PCP

E participação na

Marcha Liberdade e Democracia

Concentração às 14h30 no

Príncipe Real e

Comício no Rossio com

Jerónimo de Sousa

Secretário-Geral do PCP

PARTICIPA!!!

EDITORIAL

Contra as Políticas de Direita Novas Lutas se Anunciam!

O ano que agora terminou foi um ano em que assistimos a um dos mais violentos ataques à democracia e às conquistas de Abril. Mas 2007 foi também um ano de uma forte contestação e abnegada resistência de todos aqueles que continuam a lutar por um Portugal mais justo e democrático.

Um ano em que se assistiu a um significativo aumento da participação dos trabalhadores e das populações na luta de massas travada contra os nefastos resultados das políticas de direita do Governo PS/Sócrates, que não pode deixar de ser valorizado por todos os trabalhadores comunistas e, nomeadamente, pelos trabalhadores em estruturas sindicais.

São de realçar as sempre crescentes participações dos trabalhadores e populações nas jornadas de luta, nacionais, regionais ou locais realizadas, com importante destaque para a grandiosa manifestação de 18 de Outubro, que contou com a participação combativa de mais de 200 mil trabalhadores.

2007 foi também um ano que não pode deixar de ser lembrado como o ano em que se assistiu ao aumento da repressão sobre os sindicatos e o sindicalismo, que nos traz à memória o estado de coisas vigente a 24 de Abril de 1974 e de que é exemplo a “visita” de agentes das forças de segurança a uma sede sindical na Covilhã nas vésperas de uma manifestação que, infelizmente, não foi um caso único.

Estas manifestações do autoritarismo e espírito repressivo do Governo Sócrates não podem deixar de ser repudiadas por todos os que imbuídos de um espírito revolucionário e progressista, defendem os direitos conquistados pela Revolução de Abril.

Mas são também um sinal claro que o Governo Sócrates, por trás de uma bem estudada pose de indiferença perante o aumento da contestação, treme e teme a luta de massas do povo português.

Luta de massas que irá agudizar-se em resposta às novas ofensivas neoliberais deste Governo, onde destacamos a anunciada revisão do Código do Trabalho que terá por base o recém-publicado Livro Branco das Relações Laborais, com a intenção já anunciada à boca cheia de facilitar os despedimentos, precarizando ainda mais as relações laborais em Portugal.

Porque estamos perante um violento ataque às liberdades, o nosso Partido decidiu promover a **Marcha Liberdade e Democracia, no próximo dia 1 de Março**, justamente para alertar para o défice democrático revelado sucessivamente por este Governo, que não se fica apenas pelo ataque aos sindicatos e sindicalistas, mas vai mais longe, com sucessivos ataques aos partidos da oposição e em especial ao PCP, através das já tristemente célebres Leis dos Partidos e do Financiamento, mas também com a tentativa de imposição de alterações profundas ao funcionamento democrático das autarquias, entre tantos outros exemplos, cuja enumeração infelizmente nunca seria possível no nosso Boletim de apenas 8 páginas!

A luta em 2008 será ainda mais intensa que a ocorrida no ano transacto, ano chave para travar o ponto alto das sócráticas ofensivas à democracia portuguesa e reveladoras da mais abjecta subserviência aos interesses dos grandes grupos económicos, nacionais e estrangeiros.

E também por isto, esta luta não poderá deixar de passar pelo combate ao Tratado “dito” de Lisboa, que mais não é que a anterior Constituição Europeia recauchutada, que Sócrates já anunciou que “*por uma ética de responsabilidade*” não irá submeter à aprovação do povo português em Referendo. **Referendo que PCP continua a exigir!**

Por todas estas razões e por ainda muitas mais, os trabalhadores comunistas em estruturas sindicais deixam um aviso a este Governo, à laia de mensagem de Ano Novo (ainda que um tanto atrasada), típica desta quadra:

Se quem luta nem sempre ganha, quem não luta perde sempre. 2008 será portanto um ano de intensificação da luta, na defesa dos direitos dos trabalhadores e das conquistas de Abril!



PLANO DE TRABALHO PARA 2008

Aprovada a Resolução da nossa 10ª Assembleia, e conscientes do muito trabalho que temos pela frente para concretizar as orientações proferidas, os Trabalhadores em Estruturas Sindicais definiram o seu Plano de Acção, tendo em consideração um conjunto de prioridades de trabalho, cuja concretização o Organismo de Direcção procurou incluir no **Plano de Trabalho para 2008**.

Do Plano de Trabalho destacamos:

Desde logo, o **reforço do Partido**, importa agora empreender todos os esforços para:

- Melhorar o funcionamento dos organismos, nomeadamente através da realização regular de reuniões em todos eles;
- Realizar plenários de organização bimensais, sendo o primeiro já no dia 31 de Janeiro, para discussão e análise do XI Congresso da CGTP-IN;
- Dar grande atenção ao **Recrutamento** de novos militantes;
- Promover o aumento das participações dos militantes nas actividades do Partido e envolver o maior número de militantes na preparação do XVIII Congresso do Partido, a realizar nos dias 29, 30/11 e 1/12/2008;
- Proceder ao levantamento dos militantes TES não organizados no Sector Sindical e analisar a sua eventual transferência para a nossa Organização;
- Aumentar o número de TES, procedendo ao recrutamento de novos militantes.
- Participar na preparação e realização da Festa do Avante, integrando a Comissão do Sector Sindical e aumentando o número de militantes a participar nas jornadas de trabalho e nas tarefas de funcionamento da Festa.

Assumindo a **formação ideológica** como fundamental para desenvolvimento do nosso trabalho individual e colectivo, propomo-nos:

- Sensibilizar os militantes para a importância da sua participação nas acções de formação promovidas pelo Partido, nomeadamente debatendo a questão nas reuniões de organismo;
- Continuar a participar nas acções de formação ideológica promovidas quer pela DORL quer pelo Partido a nível central;
- Participar em debates e outras iniciativas de carácter formativo que o Sector Sindical tem previstas para 2008;

Sendo inquestionável o papel que os **fundos** assumem para a vida do nosso Partido e para o desenvolvimento das lutas que travamos, assume particular importância:

- A promoção e concretização da Campanha Nacional do Partido “**Entra em 2008 com a Quota em Dia**”;
- A aproximação do valor da quota a um valor mínimo de 1% do vencimento;
- Melhorar a nossa participação nas campanhas de fundos centrais e desenvolver iniciativas próprias para angariação de fundos.

Concientes do importante papel que a **informação, propaganda e imprensa do Partido** assumem, tanto como instrumentos de trabalho, como de formação política e ideológica, propomo-nos:

- Manter as distribuições regulares de documentos o Partido e a venda de Avantes no Cais do Sodré;
- Editar e distribuir 6 Boletins da Organização e proceder à sua colocação na página da DORL na Internet;
- Empreender esforços para aumentar o número de Avantes e de Militantes em cada ADE.

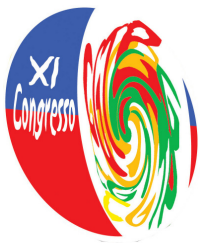
Das **iniciativas** que nos propomos desenvolver, destacamos, desde já:

- Almoço comemorativo do 87º Aniversário do Partido, a realizar no dia 1 de Março (seguido de participação na Marcha Liberdade e Democracia);
- Iniciativa comemorativa do 25 de Abril
- Participação nas iniciativas promovidas pelo Sector Sindical

Para que tudo isto seja possível, é tempo de pôr mãos ao trabalho!

Contamos Contigo!!





**O XI Congresso da
nossa Central
– a CGTP-IN –
realiza-se nos dias
15 e 16 de Fevereiro
próximo, no
Centro de Congressos,
em Lisboa**

O Congresso, constituirá um momento de enorme importância na vida de todo o movimento sindical unitário, quer na sua fase preparatória em que nos encontramos, quer nos dias em que reunirá os cerca de mil delegados representantes dos sindicatos de todos os sectores de actividade e regiões do nosso país e dará, certamente, resposta às questões que caracterizam a situação actual: os problemas que os trabalhadores portugueses sentem e vivem, a situação na Europa e no Mundo, o necessário e urgente reforço da organização sindical.

O lema do Congresso **“Emprego, justa distribuição da riqueza, mais força aos sindicatos”** ilustra bem os temas que dominarão o debate e que correspondem ao momento que vivemos, marcado pela continuação da brutal ofensiva do Governo do PS/Sócrates contra os trabalhadores e os seus direitos, que levou às grandiosas acções de luta realizadas em 2007.

Veja-se o escandaloso aumento dos preços dos produtos e bens essenciais anunciados e efectivados logo no início do ano, o encerramento e privatização de serviços públicos, o número de desempregados a chegar à mais elevada percentagem dos últimos 20 anos, a precariedade a atingir cerca de um milhão e meio de trabalhadores, o acentuar das desigualdades e o elevar do índice de pobreza e, simultaneamente os baixos salários e a retirada de direitos, de que o Relatório da Comissão do Livro Branco para as Relações de Trabalho (leia-se ante-projecto de revisão, para muito pior, do Código do Trabalho) é o expoente máximo.



Não deixa de ser de estranhar que este Livro Branco, no seu I Capítulo, faça um retrato da realidade do trabalho em Portugal, apontando como maiores problemas justamente a precariedade laboral, a insuficiente formação dos patrões e o baixo nível salarial, entre outras matérias.

Como referiu a Comissão Política do PCP em comunicado sobre este documento, o **“Livro Branco” consubstancia uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores**, nomeadamente com:

- A introdução da **flexigurança** (chamada de “inadaptação”) facilitando os despedimentos sem justa causa (aspiração do patronato de há muitos anos);
- A **desregulamentação dos horários de trabalho** e assim afectando a vida pessoal dos trabalhadores e das suas famílias;
- A criação dos mecanismos não alcançados pelo patronato com o Código do Trabalho para a caducidade dos contratos colectivos de trabalho, com vista à **destruição da contratação colectiva** e dos direitos dos trabalhadores nela consagrados, ao mesmo tempo que mantém a possibilidade de inclusão nos contratos de normas laborais inferiores à lei, o que põe em causa o direito do trabalho;
- O **ataque à liberdade sindical** e aos sindicatos para enfraquecer a capacidade reivindicativa e debilitar a força dos trabalhadores.

No dia 24 de Janeiro a CGTP-IN realiza uma acção de luta em defesa da contratação colectiva e contra as intenções de revisão, para pior do Código do Trabalho, com concentração às 14h30 na CIP e deslocação para o Ministério do Trabalho, na qual terá grande importância a presença dos trabalhadores das estruturas sindicais.



É neste quadro que se realiza o XI Congresso da CGTP-IN, em que teremos de continuar e intensificar o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para a luta para travar esta ofensiva e derrotar os objectivos do grande capital e do Governo PS/Sócrates que está ao seu serviço.

Os trabalhadores sindicais, para além de contribuírem para o êxito do Congresso no quadro das suas funções aos diversos níveis da estrutura da CGTP-IN, poderão dar também um importante contributo para o debate dos documentos do Congresso e terão no Distrito de Lisboa uma delegada ao Congresso eleita no âmbito da Direcção Regional de Lisboa do CESP.

ORGANISMO DE DIRECÇÃO

O Organismo de Direcção eleito na 10ª Assembleia realizou a sua primeira reunião no dia 13 de Dezembro e procedeu à atribuição das responsabilidades entre os seus membros. Assim:

- **Ana Bela Dinis**
Célula do Inovinter
- **Anabela Vogado**
Célula da USL
Informação e Propaganda – Boletim
- **António Areosa**
Célula das Federações
Célula do SITAVA
Militantes do Sind. Rodoviários
- **Cândida Carreira**
Célula do CESP
- **Catarina Morais**
Célula do Salema (Sinds. Hotelaria e SINTAB)
Fundos
- **Conceição Páscoa**
Célula do SIESI
- **Eunice Silva**
Célula dos Douradores
Célula do STML
Militante do Sind. C. Civil
- **Fernando Maurício**
Célula da CGTP-IN
- **Isabel Camarinha**
Organismo de Direcção
Militantes do SPGL
- **Judite Casanova**
Militantes do Sind. Gráficos
Organização
ORT's
- **Miguel Vidigal**
Célula do STAL – DN e DRL
Festa do Avante
- **Vera Cardoso**
Célula do Sind. F. Pública Sul e Açores
Informação e Propaganda – Publicações,
acções de rua

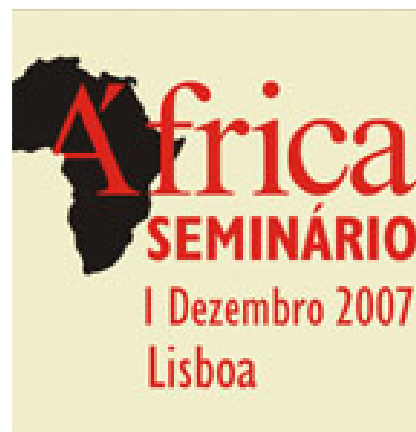
CIMEIRA UE/ÁFRICA Uma oportunidade perdida

No início de Dezembro de 2007 e durante a Presidência Portuguesa, reuniram-se em Lisboa, os chefes de estado e de governo dos países da UE e da União Africana (UA).

À primeira vista, tratar-se-ia de uma oportunidade para estabelecer um diálogo de novo tipo entre os governantes dos dois continentes com vista a estabelecer aquilo que a UE chamou uma Parceria Estratégica entre iguais, assente em pressupostos diferentes daqueles que estão contidos nos Acordos ACP e que têm penalizado fortemente as economias e os povos do martirizado continente africano, mantendo-os dependentes do poderio económico e da exploração das multinacionais.

Entretanto, os próprios preparativos da cimeira mostraram bem cedo que governos como o do Reino Unido estavam mais interessados no confronto com o regime do Zimbabué do que em alcançar uma viragem positiva e no interesse do desenvolvimento dos povos cujo continente passa pelas maiores tragédias: guerras e conflitos, migrações em massa, fome, doença e sub-desenvolvimento, situações calamitosas que são, quase sempre, consequência directa do colonialismo e neo-colonialismo que ocupou e continua a ocupar, militar e/ou economicamente estes países e a promover a rapina sistemática dos seus principais recursos.

Pese a resistência e propostas de alteração introduzidas por alguns governos africanos às propostas apresentadas pela UE na Cimeira de Lisboa, a Parceria acabou por ser aprovada, no essencial, de acordo com os interesses e vontade dos governos europeus.



No plano económico, os Acordos de Parceria Económica (APE's) agora aprovados em Lisboa, têm conteúdos e impactos que tornam os países africanos ainda mais dependentes do que os Acordos ACP e as actuais regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

E é claro que o urgente perdão da dívida bilateral dos países africanos, provocada aliás pelo domínio colonial e neo-colonial dos maiores países da UE, fica mais uma vez por resolver, excepto talvez em relação aos estados africanos que “derem provas de apego à boa governação e aos direitos humanos”, na versão das grandes potências ocidentais.

É bem sintomático que, dos países da UE, apenas a Suécia, Luxemburgo, Holanda e Dinamarca cumpriram o objectivo proposto pela ONU de consagrar 0,7% do PNB (Produto Nacional Bruto) dos países mais desenvolvidos à ajuda ao desenvolvimento destes e doutros países do chamado terceiro mundo.

A UE conseguiu ainda impor uma chamada Arquitectura de Paz e Segurança em África, que na prática militariza a União Africana, com financiamento da UE e dependência da NATO.

Esta Cimeira foi pois uma oportunidade perdida para uma mudança de rumo positiva no relacionamento da UE com o Continente Africano. Mais do que isso, as suas decisões mantém, e infelizmente aprofundam, uma visão e uma prática neo-coloniais que têm de ser urgentemente banidas do relacionamento político e económico entre a Europa e a África e outros continentes onde milhões de seres humanos sofrem as desumanas consequências da globalização capitalista.

Só uma União Europeia diferente, que defendesse os direitos, interesses e aspirações dos trabalhadores e dos povos e que baseasse a suas políticas de relacionamento externo no respeito pela independência e soberania económica e política dos países e povos, começando pelos próprios países da UE e que promovesse a paz e a cooperação entre iguais, estaria em condições de garantir um efectivo apoio solidário e sustentado ao urgente desenvolvimento humano dos povos africanos.

É por uma outra Europa, com uma verdadeira dimensão social, de paz, solidariedade, amizade e cooperação entre os povos que o PCP se continuará a bater. Por isso é tão necessário prosseguir e intensificar a luta contra o modelo europeu neoliberal e contra a globalização imperialista.

INICIATIVAS para a PAZ

Por ocasião da Cimeira UE/África, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) promoveu 2 importantes iniciativas públicas.

A primeira foi um **colóquio** que teve lugar no passado dia **7 de Dezembro**, na Junta de Freguesia de Sta. Catarina, em Lisboa e que envolveu o CPPC, o PCP, a CGTP-IN, organizações da paz e solidariedade de Espanha e de França e uma representação da Frente Polisario, **onde se debateu uma visão alternativa e solidária para a cooperação UE/África.**

No dia **8 de Dezembro**, as mesmas organizações e várias outras da sociedade civil portuguesa promoveram uma **concentração**, no Largo de Camões, em Lisboa, **em solidariedade com o povo do Sahara Ocidental**, tendo os manifestantes exigido aos chefes de estado e de governo então reunidos em Lisboa, que aplicassem a legalidade internacional de forma a que o povo saharauí possa **exercer o seu direito à autodeterminação e independência**, no seu território, ilegalmente ocupado por Marrocos há 31 anos.



“TRATADO de LISBOA” Continuar a lutar em 2008 por um Referendo Vinculativo!

É fundamental que os trabalhadores e o povo do nosso país conheçam os conteúdos e as implicações e se pronunciem, em referendo vinculativo, sobre este tratado, que recupera quase 100% do anterior projecto de Constituição Europeia, derrotado nos referendos de França e da Holanda.

O que é “porreiro” para Sócrates e Durão não o é seguramente para os trabalhadores e para a maioria dos portugueses e outros povos europeus.

Os grandes grupos económicos e financeiros e as elites políticas da UE esfregam as mãos de contentes e abraçam-se para celebrar este instrumento que é decisivo para que o grande capital explorador e especulativo intervenha para aplicar a “Estratégia de Lisboa”, capitalista e neoliberal.

Sentem agora as mãos livres para impôr a “flexigurança” e para recuperar de atrasos na aplicação da sua agenda anti-popular e anti-social, como em relação à Directiva Bolkestein e à Directiva sobre o tempo de trabalho.

Mal o Tratado foi aprovado, o Tribunal Europeu de Justiça apressou-se a adoptar duas decisões sobre conflitos laborais na Finlândia e na Suécia (os casos Viking e Laval), que constituem um grave ataque à liberdade dos trabalhadores de defenderem a contratação colectiva e os salários nesses dois países e um claro favorecimento e encorajamento ao patronato. Aqui está já um primeiro e brutal exemplo que o novo tratado indiscutivelmente favoreceu!

A presidência Portuguesa serviu de bandeja o que a Presidência Alemã já tinha preparado: um Tratado Constitucional que consagra mais desregulamentação laboral, mais desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, menos dimensão social, ataque às funções sociais do estado, mas simultaneamente mais militarismo e federalismo, pondo em causa a soberania nacional consagrada na Constituição da República Portuguesa.

Portugal e os portugueses, a ser ratificado este Tratado, perderão e muito dos seus direitos, liberdades e garantias, agora mais dependentes dos órgãos políticos da UE. Perderão na definição de uma política externa e de defesa independente. Perderão

também na capacidade de utilizar o território nacional, por exemplo o mar e os seus recursos.

É por tudo isto que **em 2008 a nossa luta não vai parar!** Os trabalhadores e os povos vão opor-se às medidas neoliberais e ao “Tratado Reformador”, sabendo que através da luta é possível travar a sua entrada em vigor.

O Tratado ainda tem de ser ratificado nos estados membros da UE.

Numa altura em que ainda não se sabia se Sócrates mantinha ou não a sua promessa eleitoral de promover um referendo sobre o Tratado, o nosso Partido entregou na Assembleia da República, uma proposta contendo uma pergunta para um referendo vinculativo.

Confirmou-se entretanto o que já se suspeitava. Sócrates e o PS não querem dar voz ao povo português e decidiram ratificar o Tratado na Assembleia da República. Diz-se que cedeu aos países mais poderosos da UE, mas só se cede quando não se tem princípios e quando a palavra dada não vale nada! Fica provado que a promessa eleitoral, como tantas outras, era mesmo para não cumprir.



Pela nossa parte, temos princípios e coerência e por isso exigimos um referendo, precedido de um amplo debate público. Só assim os portugueses poderão dispor dos dados necessários a uma decisão.

Os trabalhadores e o povo do nosso país saberão, no ano que agora se inicia, continuar a luta por uma nova política e um novo rumo para Portugal e recusar uma Europa dominada e comandada pelo grande capital.

Avante!

LÊ E DIVULGA

O Militante

Consulta os sites: www.pcp.pt e www.lisboa.pcp.pt